

Proposta de um método de análise para derivações sufixais

Mário Eduardo Viaro (USP)*

Resumo

Apresenta-se neste artigo o método do Grupo de Morfologia do Português (GMHP – Universidade de São Paulo/ Brasil) utilizado em análises de dados relativos a derivações sufixais. Entre os pressupostos básicos do grupo inclui-se a reinclusão do elemento diacrônico na análise e segmentação das palavras, como uma condição sine qua non para o conceito de derivação. Esse procedimento mostra, contudo, que há consequências inevitáveis e algumas incompatibilidades teóricas com importantes conceitos das linhas vigentes.

Abstract

The method of the Group of Historical Morphology of Portuguese (GMHP – University of São Paulo/ Brazil) used for the analyses of suffix derivations data is presented in this paper. Its basic presupposition requires the reinclusion of diachronical element in the analysis and segmentation of the words, as the sine qua non condition for the concept of derivation. This procedure shows however that there are unavoidable consequences and some theoretical incompatibilities with important concepts of some current trends.

Introdução

A datação de palavras em língua portuguesa, longe de ser uma tarefa que diz pouco aos estudos linguísticos, revela-se importante para assuntos que envolvem a morfologia e a lexicologia. Nesse sentido, Antônio Geraldo da Cunha (1924-1999) talvez tenha sido um pioneiro em língua portuguesa. Antes dele, José Pedro Machado (1952-1959), embora tenha oferecido fartas abonações, indicava, na maior parte das vezes, apenas o século da primeira ocorrência. Já se veem algumas datações específicas no dicionário etimológico de Cunha (1982). Principalmente seu dicionário etimológico de palavras de origem tupi (1978) espelha seu extenso trabalho, que espera uma publicação integral e que equipararia a língua portuguesa à espanhola, uma vez que ainda não dispomos de um dicionário etimológico com a qualidade de um Corominas (1954-1957). Toda a pesquisa de Cunha encontra-se, ainda, sob a forma de fichas, na Casa Rui Barbosa, no

* Professor doutor do Departamento de Letras Clássicas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Coordenador do grupo de pesquisa *Morfologia Histórica do Português* (CNPq/FFLCH, e-mail gmp@usp.br, página <http://www.usp.br/gmp>).

Rio de Janeiro, com publicações parciais na década de 80 e de 90. Parte substancial dos dados aparece no dicionário de Houaiss & Villar (2001) e no Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (2006).

A questão da data, presente há muito tempo em dicionários ingleses, franceses e italianos (até mesmo para acepções das palavras) é de suma importância para os estudos linguísticos históricos. A data que aparece nos dicionários rarissimamente é, de fato, a data da invenção da palavra (isso só pode de fato ocorrer com neologismos recentes), mas no mais das vezes, trata-se de uma data dependente de *corpora*. Desse modo, é possível retroagi-la à medida que se descubram novos textos, que os investiguem e organizem seu material lexicológico. Julgamos, porém, que as datas constantes no dicionário *Houaiss* sejam um ótimo ponto de partida para investigações parciais, muito embora haja lacunas enormes em alguns séculos (sobretudo os não investigados por Cunha) e ausência de datas específicas para o século XX. Lamentavelmente, muitas pessoas conhecem a existência de uma ou mais datas erradas no *Houaiss*, conseguindo retroagir, com seus próprios *corpora*. Essa informação não é sistematicamente coletada ou disponibilizada aos especialistas. O dicionário *Houaiss*, não pretendendo ser, de fato, um dicionário etimológico, apesar da longa e inédita discussão etimológica que promove em cada verbete, por razões editoriais, não dispõe de abonações, como ocorre com o dicionário de Machado. O ideal seria que juntássemos as datas mais recuadas com suas respectivas abonações, para todas as palavras do português em um único banco de dados, disponibilizado para todos que quisessem colaborar. Sabemos que a data, como dito, não revela *o nascimento* da palavra, mas o fato de ela *já existir* naquela época de sua abonação. Com base nessas informações, por exemplo, Väänänen (1985) conseguiu reconstruir boa parte da sincronia pretérita do latim vulgar. No português, entrevê-se, de forma ainda incipiente, alguns fenômenos de sincronias pretéritas, em Teyssier (1980).

Isso posto, surge o problema dos *corpora*. Como as datações, essas coletâneas trabalhosas são ainda muitas vezes tratadas como propriedade individual (a despeito de haver muitas vezes investimento de órgãos públicos de pesquisa). Hoje em dia, a forma mais democrática de disponibilizar os *corpora*, sem dúvida, é, no entanto, a rede internacional de computadores (*internet*). A própria rede passa a ser um imenso *corpus* com a desvantagem de sua imensa mobilidade. É possível abonar inúmeros fatos

difíceis de ser obtidos em *corpora*, mas, mesmo por meio dela, é dificultoso o trabalho de datação: as palavras podem ficar décadas *online*, mesclando o novo com o velho, numa pancronia caótica. Na verdade, hoje em dia, praticamente tudo pode ser encontrado por meio de buscadores, como o *google*. Além disso, muitos *sites* constituem verdadeiros mecanismos de pesquisa.

O exemplo das palavras derivadas por sufixação

Mais difícil que a reconstrução do significado das palavras em sincronias pretéritas é a reconstrução da sua diacronia. Aparentemente as palavras já nascem polissêmicas. A monossemia é sem dúvida uma abstração e nunca a encontraríamos, nem se recuássemos ao início da fala humana. De fato, é uma ilusão criada pelo método dedutivo. O signo não nasceu para a monossemia, pelo contrário, o ser humano só fala por ter criado um mecanismo simbólico. Talvez somente os nomes próprios, como se discute em ontologia, têm a prerrogativa de – às vezes – ser construídos para apontarem para referentes reais em vez de para o significado, entendido necessariamente como socialmente construído.

Morfemas – no sentido estruturalista – possuem, nesse sentido, um significado. Embora um radical muitas vezes não tenha vida independente senão complementado por outros morfemas que o reorganizem num sistema, disporá de um significado adquirido diacronicamente, tanto na passagem de uma geração a outra, durante sua aquisição, quanto na própria vida de cada indivíduo que – com maior ou menor êxito – o modifica. O mesmo se pode dizer de morfemas gramaticais, apesar de um pouco mais resistentes.

O português, juntamente com grande parte das línguas indo-europeias (e românicas), dispõe de um complexo sistema de sufixação derivacional. Seu uso na formação lexical é tão frequente que imaginamos ser universal. No entanto, há tempos se sabe que nem todas as línguas humanas possuem sufixos derivacionais. Também a manifesta polissemia apresentada na sufixação portuguesa não é algo que ocorra tão evidentemente com outras línguas que possuem sufixos (como o turco). E do ponto de vista dos próprios sufixos, nem todos têm o mesmo comportamento. No entanto, esses três pressupostos (a universalidade da sufixação, a polissemia intrínseca e o

comportamento comum) são amiúde subentendidos nos modelos preponderantemente dedutivos. A razão disso repousa numa postura generalizante com relação aos sufixos que tem suas raízes na gramática tradicional e não foi suficientemente superada.

Fundado em reuniões desde 2005, o Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP) conta com diversos pesquisadores, cujo primeiro e principal objeto foi detalhar como as mudanças semânticas de *cada* sufixo derivacional em português se processaram ao longo do tempo. Objetivou-se, portanto, uma abordagem semântica e histórica. Observam-se esses fenômenos linguísticos sob uma ótica estritamente indutiva e empírica. O grupo compõe-se atualmente dos seguintes pesquisadores responsáveis pelo *corpus* e pelas análises particulares de cada sufixo: o prof. dr. Mário Eduardo Viaro (FFLCH/USP *-eiro*, coordenador), a prof^a. dr^a. Valéria Gil Condé (FFLCH/USP *-eria*, *-aria*), o dr. Zwinglio Oliveira Guimarães-Filho (IF-USP/Université de Provence, pós-doutorando), Alice Pereira dos Santos (*-ão*, *-arro*, *-orro*, *-aço*, *-uço*, *-udo*, ex-bolsista IC/Fapesp e atual CNPq, mestranda), Anielle Aparecida Gomes Gonçalves (*-agem*, *-igem*, *-ugem*, *-inho*, ex-bolsista Fapesp, mestranda), Lisângela Simões (*-idade*, ex-mestranda), Vanderlei Gianastácio (*-ismo*, doutorando), Andréa Lacotiz (*-ança*, *-ença*, *-ância*, *-ência*, ex-mestranda), Érica Santos Soares de Freitas (sufixos *-ção*, *-mento*, doutoranda), Nilsa Areán-García (*-ista*, *-ístico*, bolsista FAPESP, doutoranda), Mônica Yuriko Takahashi (*-ada*, ex-bolsista IC FAPESP e RUSP), Juliana Bianchi Leone (ex-bolsista IC FAPESP), Juliana Silva Lins (ex-bolsista IC RUSP). O grupo conta ainda, na qualidade de consultores, com o pesquisador do ILTEC (Lisboa) José Pedro Ferreira, o prof. Dr. Martin Becker (Universität zu Köln), o prof. Dr. Michael Ferreira (University of Georgetown) e com a profa. Dra. Graça Maria de Oliveira e Silva Rio-Torto (Universidade de Coimbra).

O método

Desde as primeiras reuniões do grupo, além dos pressupostos acima apresentados, algumas questões foram escolhidas consensualmente como preocupações comuns, de modo que servissem de norte a todos os pesquisadores, garantindo assim uma certa homogeneidade na análise com relação aos problemas investigados. Por meio de

planilhas e listas exaustivas extraídas de dicionários, as seguintes indagações – estabelecidas em um manual de uso interno – deveriam ser respondidas para cada vocábulo que dispunha de um *suposto* sufixo:

a) qual a palavra analisada?

Neste campo da planilha, simplesmente, entraria o vocábulo que *supostamente* possui o sufixo devido à sua terminação. Uma planilha do sufixo *-eiro*, por exemplo, é composta exclusivamente de palavras terminadas em *-eiro*, *-eira*, *-eiros*, *-eiras*, *-eirinho*, *-eirice*, *-eireiro*, *-eirar* etc. Por cautela – para não se fazerem generalizações indevidas – não entram nela palavras com outros sufixos, ainda que com a mesma etimologia: tanto *-eiro* quanto *-ário* são formas divergentes do mesmo étimo latino (*-arium*), mas formam duas planilhas distintas. Observou-se que quando o sufixo não é final, muitas vezes, conservam-se características semânticas antigas extremamente desejáveis à pesquisa (pois revelam uma etapa anterior à nova sufixação que ocupa posição final), contudo sua apreensão é mais complexa, pois as listagens automáticas não as revelam rapidamente e os buscadores se tornam ainda menos eficientes por listarem elementos da raiz (numa busca automática por *-eir-* por exemplo, aparecem palavras como *beirada*), sendo necessário coletá-los um a um, razão pela qual normalmente caracterizam uma segunda etapa – mais avançada – de investigação.

b) de qual sufixo se trata?

É sabido que há dois fenômenos importantes detectados pela Linguística Histórica há muito tempo: a convergência e a divergência. Muitas palavras com uma *terminação* idêntica não possuem necessariamente o mesmo *sufixo*. Dessa forma, nem toda palavra terminada em *-eiro* tem de fato um sufixo *-eiro*, diacronicamente falando. Pode ocorrer uma coincidência de formas: o tupi *makaxéra* gerou *macaxeira*, portanto, a terminação *-éra* em tupi não equivale ao mesmo sufixo de *pereira*, por exemplo, que proveio do latim **pirariam*. Nesse caso, a palavra *macaxeira* não se analisa. O caso da

convergência de formas é, contudo, bastante intrigante, pois há, sabidamente, o fenômeno da etimologia popular, não sendo impossível haver convergência semântica posterior paralelamente à convergência formal. Outros sufixos portugueses se formaram por meio da convergência de dois ou mais sufixos latinos. Distinguir o sufixo típico de eventuais casos convergentes, por meio da origem, torna-se o primeiro passo para estabelecer a genealogia das mudanças semânticas. Também a divergência é importante e motivada sobretudo pelo cultismo. Desse modo, podemos dizer que o grego *-áron* ou o latim *-orius* e *-arius*, em algumas palavras, *convergem* em três sufixos *-eiro* homônimos, cuja *mescla semântica* está longe de ser excepcional, da mesma forma que o *-arius* latino se *diverge* em *-ário* e *-eiro* em português, cujo *paralelismo semântico* também se pôde detectar. Separar os três *-eiro* no primeiro caso e juntar os dois sufixos provenientes de *-arius* no segundo afigura-se um passo metodológico importante, antes de se chegar a conclusões.

c) *qual a classe morfológica do resultado?*

A palavra resultante da sufixação pertence a uma ou mais classes morfológicas. Elas precisam ser discriminadas, para saber se se trata de um sufixo nominalizador, adjetivador, verbalizador ou adverbializador. O mesmo sufixo pode ter várias funções. O GMHP entende que essa *função* está estritamente ligada às classes morfológicas e, como tal, não esgotam o *valor semântico* do sufixo, de modo que se distinguem *função* e *significado* do sufixo. Essa distinção é feita com maior ou menor clareza, dependendo do sufixo envolvido. Normalmente sufixos formadores de abstratos deverbais, por exemplo, se voltam exclusivamente para a função, enquanto outros, como o *-eiro* formador de nomes de árvores frutíferas, além de nominalizadores, possuem uma carga semântica própria. Prova disso é que formam substantivos concretos, cujo *gênero*, no sentido aristotélico (ou hiperônimo, no jargão linguístico) se deve mais ao sufixo do que ao radical. Por exemplo, *pedreiro* é uma profissão por causa de *-eiro* e não um mineral, por causa do radical *pedr-*. Isso ocorre com muitos sufixos derivacionais nas línguas indo-europeias.

d) qual o étimo da palavra?

Trata-se de uma etapa extremamente importante para a Morfologia Histórica, uma vez que se investiga, quando possível, a palavra que deu origem ao vocábulo. Apenas no caso de falta de étimo propriamente dito, escolhe-se a base primitiva sobre a qual a derivada se formou. Nesse caso, estaríamos perante uma derivação propriamente dita.

Assim, de *mangueira*, extrai-se *manga*. Já no caso de palavras vindas do latim, independentemente de a fonte ser segura ou reconstruída, trabalha-se com o étimo da palavra e não com o radical. Assim, *cavaleiro* não viria de *cavalo*, mas do latim *caballarius* da mesma forma que *pereira* provém de um hipotético latim **pirariam*. O resultado da análise semântica dessa decisão mostra produtividades iniciadas em distintas sincronias, como já apontamos em outros trabalhos (Viaro 2007a).

O mesmo ocorre com os empréstimos. No caso de palavras vindas de outras línguas, acrescenta-se uma sigla segundo o padrão internacional ISO 639-2 para siglas de línguas (constante em http://www.loc.gov/standards/iso639-2/php/English_list.php) juntamente com étimo. Assim, *bastonada*, que vem do francês *bastonnade* é indicado como *fre-bastonnade*.

Propôs-se que se não houver certeza da etimologia, o campo fosse deixado em branco até que se efetue uma análise detalhada do vocábulo. Nos casos de raiz determinável, mas sem associação direta a uma palavra existente em português, latim ou outra língua, convencionou-se anotar apenas o radical, ainda que vazio. Dessa forma, para *carpinteiro*, o étimo preferível é *carpint-* e não *carpintaria*, uma vez que ficaria inexplicada a subtração de um sufixo por outro. Também o étimo de *correria* seria *corr-* e não *correr*, pois o elemento interfixal *-er-* não é de todo esclarecido.

Quando houvesse caso de convergência com palavras sem sufixos (como o caso de *macaxeira*, acima descrito), convencionou-se que este campo ficaria vazio.

e) qual é o processo de transmissão?

Para refinar as informações acima, é preciso saber se a palavra é de fato vernácula ou é um empréstimo e no caso de provir do latim, de qual variedade específica (popular, clássico, medieval ou científico). A separação da pergunta *d* e *e* tem fins estatísticos.

É uma prática tão antiga quanto abusiva, indicar o étimo pelo acusativo latino, uma vez que as formas no acusativo refletem apenas palavras do latim vulgar, mas nem todas as palavras de origem latina tiveram um único modo de transmissão. Dessa forma, somente os termos em latim popular mereceriam esse tipo de notação (e preferentemente sem indicar a apócope do *-m*), uma vez que formas cultas, medievais e científicas não passaram pelas mesmas regras fonéticas das formas populares e, portanto, deveriam ser indicadas no nominativo. A facilidade de padronização conduz a leituras errôneas com relação à transmissão. Quando não se sabe exatamente qual foi o processo de transmissão (por causa da indefinição das leis fonéticas) preferiu-se a indicação no *nominativo*, mesmo para os casos dos termos semi-eruditos.

f) qual é o grau de certeza dessa etimologia?

A ideia do grau de certeza etimológico aparece em Jespersen (1922:307, nota 1): “*It is of course, impossible to say how great a proportion of the etymologies given in dictionaries should strictly be classed under each of the following heads: (1) certain, (2) probable, (3) possible, (4) improbable, (5) impossible – but I am afraid the first two classes would be the least numerous*”, conforme discutimos em Viaro (2007b).

O emprego tradicional do asterisco, em linguística histórica, ou de pontos de interrogação, tem ambiguidade indesejável numa pesquisa que se pretende mais cautelosa.

Quando o étimo existir de fato em documentos e a ele apenas se aplicam as leis fonéticas para explicar a *forma* da palavra portuguesa, dizemos que ele é *seguro*, ainda que o *significado* da palavra em questão se tenha modificado. Nessa categoria estaria, portanto, tanto a palavra *sensível*, que viria do nominativo *sensibilis*, com o mesmo

sentido, quanto *cavaleiro*, que viria do acusativo *caballarium*, mas significava “criador de cavalos”.

Diz-se que o étimo é *hipotético*, quando reconstruído a partir do português e das outras línguas em que a palavra foi difundida (românicas ou não). Quanto maior o número de línguas envolvidas nessa reconstrução (excluído o caso de divulgação por empréstimo), mais próximo esse étimo estará do título de *seguro*. Igualmente seguro é o caso dos étimos provenientes de línguas marginais, reforçado pela falta de contato entre as línguas, excluída, como sempre, a hipótese do empréstimo. Assim, um étimo reconstruído a partir apenas do português é pouco seguro, pois a reconstrução seria *ad hoc*. Outro, feito sobre o português e espanhol seria um pouco mais seguro, mas contra ele está o íntimo contato das línguas. Um outro étimo formado a partir do português e francês não tem segurança maior do que entre espanhol e português, pois, apesar do contato geográfico ser menor, a influência cultural do francês acabou transpondo fronteiras. Já um étimo formado a partir do português e romeno está mais próximo do seguro do que do hipotético, desde que não seja empréstimo recente. Obviamente, em todos esses casos, a semântica influencia muito o julgamento e não só línguas românicas devem ser levadas em conta (o basco, o albanês, o árabe, o inglês, por exemplo, são, muitas vezes, decisivos, pois importaram palavras do latim ou do romance).

Diz-se que o étimo é *duvidoso* quando é necessária a aplicação de leis fonéticas irregulares seja na base seja no sufixo a partir de um termo documentado. A questão semântica novamente não se coloca aqui.

Por outro lado, diz-se que o étimo é *incerto* quando, além de leis fonéticas irregulares, é preciso trabalhar com formas reconstruídas.

g) qual o grau de certeza do significado?

Para analisar melhor os casos, o significado é separado do significante, de modo que se verifica, também separadamente, se o significado do termo analisado é *idêntico* ao do étimo ou *distinto* dele. Dessa forma, o étimo *sensibilis* acima mencionado não tem o mesmo *status* do de *caballarium*, uma vez que o significado de *sensibilis* praticamente

não mudou no português *sensível*, ao passo que *caballarium* e *cavaleiro* têm significados distintos (o termo *caballarius* em latim seria o “criador de cavalos (de má qualidade)” ou o “escudeiro”). No caso de palavras hipotéticas, duvidosas e incertas, podem-se também separar – do ponto de vista do significado - reconstruções *transparentes* (auto-explicativas, pela analisabilidade dos significados do radical e do sufixo) das *obscuras* (nas quais a analisabilidade requer explicações extra).

h) a palavra é analisável?

Dada uma palavra com um suposto sufixo, impõe-se a questão da *analisabilidade*. Há contudo, muitos casos especiais:

Diz-se que uma palavra é *analisável* sob nossa ótica, se se trata do étimo esperado (no caso de *-eiro*, um vocábulo latino derivado em *-arius/ -arium*). O GMHP entende que mesmo casos em que há alguma intermediação são consideradas analisáveis. Por exemplo, as palavras *estrangeiro* e *ligeiro* vêm do francês, mas o sufixo francês *-er* dos seus respectivos étimos equivalem a *-arius*, portanto, são verbetes analisáveis. O mesmo ocorre quando o étimo imediato remeter à terminação *-ero* do castelhano ou a *-aio* do italiano, por exemplo.

Obviamente, surgem situações em que há certa dúvida. São comuns palavras com mais de um étimo dentre os quais um deles contém a condição de analisabilidade e os outros, não. Também alguma dúvida surge, vez ou outra, quando a origem do étimo é desconhecida. Todos esses casos merecem análise minuciosa e não uma tomada de decisão que exclua as demais hipóteses sem a verificação necessária.

Portanto, para o GMHP, uma palavra *não* seria analisável:

a) se contiver falsos sufixos, ou seja, possui terminação convergente, do tipo cadeira < cathedram, (não se trata de um composto em -ariam). Essas palavras, contudo, não são rechaçadas in limine, uma vez que reforçam o molde formal. Entram aqui não só palavras de origem latina, mas também germânica, indígena, africana, árabe, cuja

terminação lembre a do sufixo. Obviamente as que, de fato, têm o sufixo estudado sobre uma raiz de origem germânica, indígena, africana ou árabe são analisáveis;

b) se for composta por prefixação recente e se a palavra tiver significado facilmente componível por meio de uma paráfrase que reflita mera soma do prefixo+palavra restante (normalmente têm esse comportamento algumas palavras prefixadas com *ante-*, *in-* ou *i-*, *des-*, *co-*, *sobre-*, *sob-*, *contra-*, *anti-*, *semi-*). Por exemplo: *insensível*, que facilmente se compõe de *in+sensível* por meio de uma paráfrase negativa $in[x = \text{“que não é x”}$.

Apesar desse recorte, o GMHP está consciente de que a palavra *insensível* tem uma história independente de *sensível*, mas concentra, num primeiro momento, seus esforços no estudo dos sufixos, cuja diacronia é menos conhecida. Portanto, admite-se que palavras formadas por prefixação analisável sincronicamente sejam formadas *depois* das suas equivalentes não-prefixadas. Contudo, são consideradas analisáveis as palavras formadas com prefixação antiga, cuja decomposição não seja uma mera soma do prefixo+palavra restante: uma palavra como *imposição*, por não ser parafraseável, historicamente, como *in+posição*, é considerada analisável;

c) se a palavra for composta a partir de outros radicais (gregos, latinos ou vernáculos), como *hortifrutigranjeiro* e *agroecologia*. Em alguns casos, sob uma ótica sincrônica é comum afirmar que um sufixo se mescla a um radical, como *-meria*, *-logista* ou *-gráfico*, formando uma nova unidade. Não é a nossa postura a respeito do assunto;

d) se a palavra for composta por justaposição do tipo *abóbora-de-carneiro*. Este recorte só se justifica pela já explicada necessidade inicial de datação dos significados do sufixo. Obviamente palavras compostas por justaposição têm datação distinta de suas correspondentes simples (e muitas vezes o significado da palavra altera-se de forma substancial, como em *pé-de-moleque*). São analisáveis, no entanto, palavras que acrescentaram sufixo sobre uma base justaposta (como em *roupa-velheiro*, a partir de *roupa velha*). Também ocorre o caso de o elemento que leva o sufixo não aparecer como palavra independente. Quando, por exemplo, não se encontra o termo

isoladamente, também se deve analisar (por exemplo, no dicionário Houaiss não há o termo **gameleiro*, embora haja dois verbetes compostos dele: *sapo-gameleiro* e *bem-te-vi-gameleiro*);

e) palavras com variação ortográfica ou regional. Nesse caso, analisa-se a forma mais antiga e exclui(em)-se, por recorte, a(s) outra(s). No caso de as variantes não serem datadas, é preciso escolher uma delas, sob a qual as demais ficariam referidas, até maior esclarecimento. Por exemplo, se há *camerlengo* e *camarlengo*, analisa-se, num primeiro momento, apenas a primeira, por exemplo. O mesmo para variações de interfixos: *cajaeiro* ~ *cajazeira*. Também casos de prótese ou aférese ocorrem: *arruaceiro* ~ *ruaceiro*. São consideradas ambas analisáveis, contudo, as palavras que possuem sufixos distintos, ainda que sinônimas: *sambeiro* ~ *sambista*. Tais palavras, aliás, são importantes para questões semânticas e de competição sufixal. Quando existirem sinônimos sem sufixo, obviamente só as formas sufixadas são consideradas analisáveis: *bilimbeiro* ~ *bilimbi*, *araçaeiro* ~ *araçá-de-coroa*, *babeiro* ~ *babadouro* ~ *flor-de-babado*. Também são analisáveis os casos de sinônimos com bases distintas: *sinceiro* ~ *salgueiro*. Em *cachamorreiro* ~ *cachaporreiro* ~ *caceteiro* apenas duas formas são analisáveis: *cachamorreiro*, por exemplo, e *caceteiro*. A forma *cachaporreirao* é interpretada, num primeiro momento, como variante de *cachamorreiro*;

f) reduplicações (do tipo *cheira-cheira*), que seguem a mesma regra dos compostos;

g) homônimos gerados por simplificação de formas justapostas, que são tratados como homônimos normais. Dessa forma, *bombardeiro* tem dois homônimos. O primeiro é analisável, já o segundo remete a *besouro-bombardeiro* e é excluído provisoriamente pela regra e. Ou seja, é apenas uma redução de uma justaposição. O mesmo com *fuzileiro*, que pode ser uma redução de *fuzileiro naval*;

h) flexões (plurais de nomes e formas verbais diferentes do infinitivo de outras palavras analisáveis);

i) palavras de origem obscura ou totalmente desconhecida.

Todos esses recortes e exclusões devem, contudo, ser feitos com cautela. Observando as etimologias fornecidas pelo *Dicionário Houaiss* (base de que parte o GMHP, sobre a qual se retrocedem as datas a partir de outras fontes e *corpora*), verifica-se que:

o verbete *tombeiro* não remete a nenhum verbete, não tem etimologia, mas, no corpo do texto, se diz que é o mesmo que *tambeiro*: será, portanto, nessa palavra que a investigação deverá ser feita e, ao mesmo tempo, *tombeiro* será considerada sua variante;

calaceiro não tem etimologia, mas o radical é reconhecido como o mesmo de *calaçaria*: desse modo, é considerado analisável;

alperceiro remete a *damasqueiro*, portanto é analisável, mas *albergeiro* também remete a *damasqueiro* e entre os sinônimos há *alpercheiro*. Assim, *albergeiro* e *alpercheiro* podem ser considerados variantes de *alperceiro*;

o verbete *rinhadeiro* remete a *rinha*, mas entre seus sinônimos estão *rinhedeiro* e *renhideiro*, portanto, se apenas *rinhadeiro* é analisável, os demais serão variantes que precisam de esclarecimento (o mesmo ocorre com *baageiro* e *bageiro*: ambos remetem a *guapuruvu*, mas é claro que ambos são variantes da mesma forma: a escolha é arbitrária. assim, *baageiro* será analisável e *bageiro* será variante);

abaldeiro não remete a *albardeiro*, contudo é variante (informação que se obtém apenas no verbete *desastrado*);

tafoneiro, além de remeter a *atafoneiro*, tem outras acepções que são bem distintas de *atafoneiro*, mesmo assim, apenas um é analisável (o mesmo ocorre entre *flecheiro* e *frecheiro*).

tenreiro remete a *novilho*. Entre os sinônimos encontra-se *terneiro*;

embondeiro viria do quimbundo *mbondo* e remete a *baobá*, mesmo assim, é analisável, pois é nome de árvore. O *-eiro* que se acrescenta à palavra do quimbundo é sem dúvida o sufixo (o mesmo com *lagumeiro*, que remete a *olmo* e tem origem obscura).

i) há outros elementos de formação?

Reconhecidos o radical e o sufixo, pode haver outros elementos presentes na formação da palavra (sufixos internos, prefixos, interfixos, vogais e consoantes de ligação, formas anômalas de sufixos). Trabalhando com o sufixo *-dade*, o pesquisador que depare com a palavra *indecomponibilidade* deve observar que ele também serve para os prefixos *in-*, *de-*, *com-* e *-ível*. O vocábulo *verdoengo* forma-se com o sufixo *-engo*, mas também com a vogal de ligação *o*. O étimo de *Sengo* é **senicum*, portanto, deve ser analisado juntamente com o sufixo *-ico* e não com o sufixo *-engo*.

j) qual a difusão da palavra?

É preciso verificar se o *étimo* gerou palavras em outras línguas além do português. Assim, se ocorre no português e galego, trata-se de uma palavra provavelmente formada no noroeste ibérico (ou apenas conservada ali); se ocorre no português, galego, espanhol e catalão, teve, contudo, uma difusão em toda Península Ibérica. Importante é verificar se há palavras cognatas que ocorrem nas outras línguas ibero-românicas (e no basco), com exceção do português e do galego. Tais línguas podem conservar dados e informações importantes para a reconstrução de sincronias pretéritas. Outras palavras têm distribuição em línguas românicas fora da Península Ibérica (por conservação ou por empréstimo) e até fora da România (inglês, alemão, russo, japonês etc.). Nada deve ser descartado quando se investiga o étimo de uma palavra, mas os empréstimos precisam ser colocados dentro de uma cronologia a mais correta possível.

l) qual a paráfrase da palavra?

Importantíssimo para entender o significado do sufixo é traduzir a palavra na forma de uma paráfrase, inserindo nela o elemento presente no radical. Para evitarem-se deduções

que possam conduzir a algum anacronismo, a paráfrase deve ser feita sobre o *significado original* da palavra, ainda que não seja o sentido mais corrente hoje em dia (às vezes de fato, não existe mais) e sobre a *língua de origem*, pois parafrasear em português palavras provenientes ou decalcadas de outras línguas seria falsear dados que pretendem ser históricos. Portanto, a palavra deve ser parafraseada com o valor semântico do radical presente *no momento de sua primeira abonação* (ou por meio da reconstrução do sistema) em latim, francês etc. Palavras com radical opaco não são parafraseáveis, exceto se se conhece seu significado no momento de sua formação. Deve-se distinguir claramente o *significado de toda a palavra* (que sofre mudanças semânticas por metáfora, metonímia, ampliação, restrição etc.) do *significado do sufixo* (que nos interessa). Um verbete não-parafraseável será, portanto, também não-analisável.

Entenda-se, nos casos seguintes, X como uma base lexical (sobretudo nominal) e V como uma base especificamente verbal (com ou sem preposições de sua regência). Evitam-se paráfrases com os termos “coisa”, “relacionado com”, “ato”, “produto” e, sempre que preciso, utilizou-se o termo antecedente dos relativos quando o núcleo semântico da palavra fosse refletido pelo sufixo, como: “pessoa que V”, “objeto que V”, “que mora em X”, “que vem de X”, “que segue o ensinamento de X”, “que pertence a X”, “X de má qualidade”, “grande quantidade de X”, “que lembra um X”, “próprio de X”, “que V muito”, “que frequenta X”, “que se ocupa com X”, “que V”, “que pensa como X”. Esse é o primeiro passo. Contudo, ao agruparem-se as palavras, o significado do sufixo será uma abstração feita sobre essas paráfrases, de modo que o significado sufixal “que V (algo)” deve ser entendida como um deverbal, como, por exemplo *lavadeira*, em que algo = “roupa” não está expresso (e, por isso, está entre parênteses). Por outro lado, “que (V) X” quer dizer que o verbo se subentende e se trata de um denominal que faz as vezes de complemento do verbo reconstruído (é o caso, por exemplo, de *pedreiro*, em que V = “trabalhar com”, não-expresso). Para mais exemplos, cf. Viaro (2007a).

O grupo assume, portanto, que cada verbete tem três tipos de significado: *o significado da base* (quando for detectável), *o significado do sufixo* e, por fim, *o significado da palavra toda*. Interessa ao grupo apenas o significado do sufixo, uma vez que o significado da palavra caracterizaria uma pesquisa de lexicologia ou de semântica

histórica e não de morfologia histórica. Um exemplo aparentemente esclarecedor é o caso de *barbeiro*, que tem a base *barb-* à qual se agrega o sufixo *-eiro* para criar um novo significado, portanto, *significado do radical barb-* (“conjunto de pêlos específico”) independe do *significado do sufixo -eiro*, a saber, “(pessoa) que (V) X” (em que V = “trabalha com”) e, por fim, o *significado da palavra barbeiro* independe de ambos, embora seu significado primeiro fosse o resultado composicional da soma das duas partes. A existência desse terceiro significado independente (que justifica uma lexicologia histórica distinta de uma morfologia histórica) fica mais claro quando se verifica que sua transformação semântica independe dos significados do radical e do sufixo, assim, *barbeiro* passa a ser um “mau condutor” (por metonímia, extraído do significado básico agentivo, por um percurso mais ou menos assim: “que trabalha com *barbas* (usando navalha)” >> “que corta com navalha” >> “que corta” >> “que corta os outros (no trânsito)” ou ainda o inseto hemíptero reduviídeo *Triatoma infestans* (Klug, 1894) transmissor do protozoário *Trypanosoma cruzi* (Chagas, 1909) “que trabalha com *barbas*” >> “que trabalha com rostos” >> “que pica os rostos”. Observe-se que, nesses dois exemplos, reserva-se o símbolo >> para transformações semânticas, ao passo que, como tradicionalmente, o símbolo > indica apenas transformações no nível do significante.

Dessa forma, determina-se que:

a palavra *ciclista* vem do francês *cycliste*. É preciso investigar como ela foi formada *em francês* e não criar uma paráfrase fantasiosa em português (por meio de formar primitivas como “bicicleta” ou “ciclo”);

a palavra *tortura* vem do latim: seria errôneo criar paráfrases sincronicamente a partir de *torto*. Deve-se investigar como foi sua criação *em latim*;

a palavra *poupança* pode ter o significado de “nádegas”, mas é significação secundária. Não entra na paráfrase pois é mudança do significado da palavra e não do sufixo.

a palavra *barraquista* vem claramente de *barraco* ou de *barraca*, mas significa “aquele que negocia com seringueiros trocando a borracha extraída por gêneros alimentícios; dono dos maniçobais”. É preciso uma investigação muito grande (e por vezes frustrante) para entender por quê, mas a falta de cautela pode conduzir a etimologias fantasiosas.

Seria preferível julgá-las como não-parafraseáveis a fazer isso (o mesmo se pode dizer, por exemplo, de *grileiro*).

m) qual o significado do sufixo?

Uma vez feita a paráfrase da palavra em questão e, posteriormente, estabelecidas as descrições parafrásticas mais abstratas, é possível agrupar inúmeros casos em categorias semânticas específicas. O grupo optou por um código trilitere de tipo XXX, inspirado em Rio-Torto (1998:83-132), aplicável também para prefixos, como se pode ver.

O código corresponde ao *valor inicial do sufixo* (não da palavra), independente do fato de a língua de formação ser o português ou não. No caso em que o valor inicial do sufixo for totalmente obscuro, marcou-se com três pontos de interrogação, isto é: ???
No caso de não haver alteração alguma entre base e palavra sufixada, usa-se 000.

a) CLASSES RELACIONAIS

PSS (< *posse*) para paráfrases “que tem X”, “que possui X” (-ico, -ado, -ento, -oso, -il, -íaco, -udo);

GEN (< *gentílico*) para as paráfrases “que é originário/proveniente de X”, (-io, -íaco, -ão, -eiro, -eno, -eu, -ês, -ita, -aico, -eta, -ino, -oto, -ano, -ense);

SEM (< *semelhança*) para as paráfrases “que tem semelhanças com X”, “que evoca X”, “que tem propriedades de X” (-isco, -esco, -il, -engo);

TIP (< *tipicidade*) para as paráfrases “que é típico de X”, “que é próprio de X”, “que é característico de X”, “que pertence a X”, “situação em que há X”, “situação em que se (V) X”, “que está na posição (de) X” (-esco, -ário, -al, -ada, -ico, -ar, -eiro);

FIL (< *filiação*) para as paráfrases “que é adepto de X”, “que é simpatizante de X”, “que é partidário de X”, “que crê que se deve V” (-ista, -ico, -ano);

ATV (< *atividade*) para a paráfrase “atividade associada a X”, “ideologia associada a X”, “filosofia associada a X”, “sistema associado a X” (-ário, -eiro, -ão, -ista, -ia, -ismo);

LOC (< *local*) para “local onde há X”, “local em que se (V) X” (-al, -il, -eiro, -aria);

VEG (< *vegetal*) para “planta que produz X” (-eiro);

DOE (< *doença*) para “doença associada a X” (-eiro);

QNT (< *quantidade*) para os coletivos e outros *nomina quantitatis* “conjunto de X”, “quantidade de X” (-agem, -ada, -ame, -edo, -io, -aria, -ugem) ;

QNL (< *quantidade locativa*) para “quantidade contida em X” (-ada, -eiro);

RCP (< *recipiente*) para “que contém X” (-eiro, -al, -ário);

EVN (< *evento*) para “evento localizado em X” (-ada);

TAX (< *taxonomia*) “táxon cujo gênero-tipo é X”, “mineral associado a X”, “substância química associada a X” (-áceo, -ideo, -íneo, -ita, -ato, -eto, -ito, -ico, -oso);

ESS (< *nomina essendi*) para abstratos formados a partir de paráfrase como “que é X”, o fato de (X) ser X”, “propriedade de (X) ser X” ou para modais do tipo “que pode V”, “que deve ser X”, “que pode ser X”, “que merece ser X” (-dade, -ência, -idão, -ice, -ude, -ez, -ado, -aria, -ato, -ato, -eira, -eza, -ia, -ismo, -ude, -ume, -ura, -vel)

MOD (< *modo*) para advérbios parafraseados como “de modo X” (-mente);

CPR (< *comparação*) vide valores avaliativos abaixo.

DIM (< *dimensão*) vide valores avaliativos abaixo.

b) CLASSES DE AÇÃO

AGE (< *agentivo*) para a paráfrase “pessoa que V”, “pessoa que V (X)” ou “pessoa que (V) X”, “pessoa que gosta de (V) X”, “pessoa que exerce atividade relacionada com X”, “pessoa que (V em) X” (-or, -eiro, -udo);

LCA (< *local da ação*) para a paráfrase “local onde se V” (-ório, -or, -nte, -aria, -mento, -ouro);

INS (< *instrumento*) para “instrumento (com) que (se) V”, “instrumento (com) que (se) V (o X)” (-*eiro*) (-*ouro*, -*ório*);

MOV (< *movimento*) para *nomina actionis* (vide Rio Torto 1998: 119-120) que envolvam apenas o deslocamento de um ser ou se referem ao próprio deslocamento: “o fato de V”, “ação de V”, “processo de V” (-*ada*, -*mento*, -*ção*, -*agem*);

TRS (< *transitivo*) para *nomina actionis* (*id. ibid.*) em que há apenas um agente e um paciente: “o fato de V”, “ação de V”, “processo de V” (-*mento*, -*ção*, -*agem*) ou “transformar (X) em X”, “ação de transformar (X) em X”, “ação de (V) X em”, “ação de V X (em X)”, “ação de causar X” (-*ar*, -*izar*, *a-...-ar*, *es-...ar*, *a-...-mento*, *em-...-ção*, -*ficar*, -*ecer*, -*ear*); idem para golpes, tanto “golpe praticado com X”, “golpe praticado em X” (-*ada*);

RES (< *resultado*) para *nomina actionis* (*id. ibid.*) em que há grande número de elementos envolvidos na ação ou nas ações: “o fato de V”, “ação de V”, “processo de V”, “estado decorrente de V” (-*ada*, -*mento*, -*ção*, -*agem*, -*ança*), mas também: “alimento preparado com X” (-*ada*) e “substância extraída de X” (-*ina*);

c) CLASSES ORIENTACIONAIS

INT (< *interior*) “V para dentro”, “V para fora”, “ação de V para dentro”, “ação de V para fora” (*im-*, *es-*, *intro-*, *extra-*);

SUP (< *superior*) “V para cima”, “V para baixo”, “ação de V para cima”, “ação de V para baixo” (*super-*, *sub-*);

FRN (< *frontal*) “que está em frente de X”, “que está atrás de X”, “que V para trás”, “que V para frente” (*pro-*, *re-*, *retro-*)

LAT (< *lateral*) “que está ao lado de X” (*a-*);

ENT (< *entre*) “que está entre dois X”, “que está no meio de vários X” (*inter-*, *entre-*)

PRX (< *proximidade*) “V para perto”, “V para longe”, “ação de V para perto”, “ação de V para longe” (*a-*, *dis-*, *com-*, *trans-*);

d) CLASSES LÓGICAS E QUANTITATIVAS

NEG (< *negação*) para “que não é X” (*a-*, *im-*, *des-*);

DES (< *desfazer*) para “deixar de V” ou “ação de deixar de V” (*des-*);

NUM (< *número*) para “(ação de) V outra vez” ou noções numerais exatas ou quantidades vaga (*re-*, *multi-*, *pluri-*, *uni-*, *bi-*, *tri-*, *quadri-*, *mono-*, *tetra-*, *cento-*, *quilo-*).

e) VALORES AVALIATIVOS:

Observou-se que, semanticamente, tais valores independem do significado nuclear do sufixo, como que formando um elemento à parte. Muitas vezes esse elemento se torna o único significado do sufixo. Para estes casos, portanto, acrescentam-se símbolos >, <, + e – às siglas já apresentadas. Exemplos:

XXX< para pejorativo (paráfrase: “X ruim”: *-inho*, *-ão*);

XXX> para ameliorativo (paráfrase “X bom”)

CPR+ para superlativos (paráfrase: “muito X”: *-íssimo*, *-érrimo*, *-aço*, *-ão*, *super-*, *hiper-*);

CPR- para pequena intensidade adjetival (paráfrase: “um pouco X”: *-onho*, *-inho*, *-ito*)

RES+ para ação intensa ou para ação frequente (paráfrases: “que V com frequência/ repetidamente” *-itar*, *-inhar*);

RES- para ações pouco intensas (*-iscar*);

QNT+ para grande quantidade (paráfrase: “que tem muito”: *-udo*);

QNT- para o caso de *nomina unitatis* (Rio-Torto 1998:125) (*-eiro*);

PSS+ para a paráfrase “que tem X grande/intenso” (*-udo*, *-uço*);

PSS< para a paráfrase “que tem X ruim” (*-udo*, *-ão*, *-inho*);

PSS> para a paráfrase “que tem X bom” (*-udo*, *-ão*, *-inho*);

DIM+ para aumentativo (paráfrase “X grande”: *-aço, -ão, -arro, -orra, mega-, super-, ultra-, arqu-, supra-, hiper-*);

DIM- para diminutivos (paráfrase “X pequeno”: *-inho, -ito, -ela, -iço, -icho, -im, -éu, -ote, -ucho, -acho, -ola, -ete, mini-*);

São possíveis construções como XXX<+.

Alguns exemplos de aplicação:

A palavra *chuveiro*, levando em consideração a “experiência do falante” (nome dado ao principal instrumento de trabalho postura sincrônica radical) é, ao mesmo tempo, analisável e não-paráfraseável, por paradoxal que isso pareça ser: é possível, pelo método de comutação estruturalista, observar que há um sufixo e um radical (cf. *chuvinha, nevo-eiro*), no entanto o falante nativo inventará inúmeras paráfrases improdutivas e inconsistentes com *chuva* para poder justificar seu radical (como “algo que parece X”). A verdade é que *chuveiro* significa apenas “chuva forte” e o significado de seu sufixo é “X forte” (XXX+), assim como *nevoeiro, aguaceiro* etc. Esse uso da palavra *chuveiro* é antigo (data do séc. XVI), mas também regional: respeita, portanto, a experiência de alguns falantes, mas é amiúde ignorada, por não gozar do *status* da “língua comum” (leia-se variante de prestígio), paradoxo somente perdoável para uma postura normativa. A transformação semântica “chuva forte” >> “crivo do bocal por onde sai a água” >> “ducha” ocorre no significado da palavra e não no significado do sufixo, como o caso de *barbeiro* acima citado.

A palavra *jumento* “certo mamífero equídeo” vem do latim *jumentum* “besta de carga”, que, por sua vez vem do latim arcaico *iouxmenta* (CIL I² 1), no qual, evidentemente há um sufixo associado ao radical *jug-/jung-* “jugo, atrelar”. Segundo Ernout & Meillet 2001, remontaria a **youg-s-men-to-m*, sendo o significado do sufixo “aquilo com que se V (o animal)”. Por metonímia, o significado da palavra passou a significar o animal em que se atrela o jugo. O sentido inicial perdeu-se e o atual não interessa, pois o sufixo está irreconhecível. Neste caso será preenchido como *ins*. Se o sentido latino se mantivesse em português (o que não acontece), viria em maiúscula: INS. Se o sentido latino não se tivesse mantido, mas se tivesse desenvolvido um outro, por ex. LOC (seja em latim, seja em português), deveria vir indicado *ins.LOC*.

Uma palavra como *fumatório* é ACT, mas o pesquisador verifica (em *corpora* ou pelo *google*) que seja também LOC, deverá vir da seguinte forma: ACT.loc. Aconselha-se que deve haver confirmação e não apenas “imaginar” que tenha esse sentido.

Outros exemplos: *feijoadada RES*, *feijãozada QNT+*, *abrilada EVN*, *belenzada EVN*, *joelhada GLP*, *joelhada TRS*, *facada TRS*, *tacada TRS*, *baianada TIP* ; *vilório DIM<-*; *loucura ESS*; *amplificar TRS*; *banhista FIL*, *santista GEN.FIL*, *caçoiستا AGE*, *marxista FIL*; *marxismo ATV*; *saleiro RCP*; *baciada QNL+*; *barbudo PSS+*; *barbona DIM+*; *beleza ESS*; *alistamento RES*; *boazuda ESS.000>*; *carrinho DIM-*; *formigueiro LOC.QNT+*, *laranjeira VEG*, *cegueira DOE*, *verdadeiro ESS*, *cafeeiro TIP*, *carroceiro ATV*, *fazendeiro ATV*, *caseiro TIP.ATV*, *faladeiro ATV+*, *fofoqueiro ATV+*, *tornozadeira INS* “instrumento com que se (protege=V) o tornozelo (=X)”, *aguaceiro TIP.QNT+*, *besteira TIP.RES<*, *batucada RES+*

Conclusão

Há inúmeras posturas com relação à apreensão dos significados dos sufixos. Há os que lhe negam qualquer significado. Outros imaginam que a comutação resolve o problema, o que é desmentido pelos interfixos. Outros ainda imaginam que interfixos não existem, mas formam parte de alomorfes de sufixos. Outros, por outro lado, imaginam que formam parte do radical. Onde fica de fato *-avi-* em uma palavra como *canavial*? Junto com *can-* (alomorfe *canav-*) ou junto com *-al* (alomorfe *-avial*)? De qualquer forma, os interfixos perturbam a concepção didática de signo, uma vez que têm significante, mas não significado. O mesmo ocorre, por exemplo, com as vogais temáticas nas segmentações do tipo *cant-a-r*. Não nos esqueçamos de que algumas posturas teóricas não costumam distinguir sufixos e desinências. Também a transformação de classes promovida pelos sufixos é um problema e nem sempre se pode determinar com clareza se um sufixo, numa determinada palavra já construída, gerou um derivado deverbal ou denominal: é possível afirmar com certeza se *alfinetada* vem de *alfinete* ou de *alfinetar*? O próprio conceito de “derivação” goza de maior ou menor elasticidade, se incluirmos as derivações regressivas entre elas. Isso para não falarmos dos prefixos, que oscilam, segundo os autores, entre composição e derivação. O inventário de prefixos também

depende de modelos assumidos pelos autores. O consenso entre linguistas de determinadas linhas dá-nos mais segurança, mas não convence de que estamos diante de uma atitude científica, pois se ignora irrefletidamente toda a formação da gramática tradicional em que subjazem e, por isso, a cada momento, os modelos precisam de soluções *ad hoc* para manterem-se, o que, sem dúvida, os fragilizam. Precisamos, na verdade, de definições e de uma base epistemológica segura (Hegenberg 1974).

Uma postura historiofóbica pode gerar soluções contraditórias, uma vez que a migração de termos tradicionais da morfologia derivacional como “primitivo” e “derivado” não se coaduna a uma perspectiva sincrônica pretensamente radical, como ocorre em Rocha (1998). Não obstante surjam paradoxos patentes na própria gramática tradicional, chega a ser mais coerente por não se pretender sincrônica, mas, a cada passo, aponta para pancronias. Rocha, contudo, descarta *in limine* o estudo histórico, taxando seus conceitos de irrelevantes, embora muitas vezes apele para eles (ao agrupar os sufixos alomorfêmicos, ao falar de produtividade e em outras passagens). O racionalismo com que supostamente fundamenta sua postura (p. 156), esclarecido nesta citação:“(a perspectiva diacrônica) *não traz o menor proveito para a análise descritiva da língua*” (p. 189), aparentemente está mais próximo do dogmatismo, segundo a terminologia corrente da Teoria do Conhecimento e da Filosofia da Ciência. A competência lexical média do falante é um construto dedutivo útil para várias investigações, mas não combina com a pesquisa indutiva aqui exposta. Com certeza é questionável, como qualquer outra postura, e está longe, portanto, de ser um ponto seguro de partida para a investigação sufixal, como já se entrevê nos estudos de Malkiel (1970). Os testemunhos baseados em mais de um usuário da língua são, a nosso ver, mais científicos do que os formados pela declaração de gramaticalidade pautada na experiência particular do linguista-falante, que é falha na tentativa de detectar o significado do sufixo.

Por outro lado, os hiperagrupamentos dos significados dos sufixos (como considerar árvores como agentivos tanto quanto as profissões) se deve meramente a uma falta de método e ao desprestígio anacrônico da história, sobretudo nas correntes linguísticas após a década de 50 do século XX. Têm postura dedutiva e reducionista, nada tendo a ver com o falante nativo, que não hesitaria em definir uma *mangueira* como “uma árvore que produz manga” e não como “agentivo” da mesma forma que *lavadeira*.

Mudando o objeto de estudo, poderíamos afirmar que a mesma confusão presente nessa perspectiva teórica entre a visão de mundo (conhecimento particular) e o objeto estudado (apreendido pela ciência) faria biólogos afirmarem que baleias são peixes ou então que insetos evolutiva- e fisiologicamente distintos, mas com formas parecidas (segundo a percepção e o juízo humano e individual) se tratam da mesma espécie. O mimetismo de Bates entre as cobras-corais falsas e verdadeiras ou curiosos de convergência evolutiva como os *Mantidæ* e os *Mantispidæ*, insetos de ordens diferentes, para citar alguns poucos exemplos, seriam objeto de confusão e polêmica se premissas e concordâncias básicas não fossem levadas em conta.

No entanto, só por meio do conhecimento histórico e genético dos seres vivos se pôde organizar e classificar os objetos de estudo da Biologia, a ponto de ter hoje a mesma base (antes inexistente) para todas as discussões inevitáveis, desde o séc XVIII. Na Linguística, isto ainda está longe de ocorrer, embora haja permanentemente o mito de um iconoclasta sobre-humano qualquer na figura deste ou daquele autor, o qual teria modificado completamente a concepção anterior. As preocupações da linguística sempre foram variadas e inúmeras e a ânsia, desde o final do séc. XIX, de partir abruptamente de uma linguística indutiva e particular para uma linguística dedutiva e geral (Paul, Courtenay, Kruszewski, Saussure), serviu também para negar as formas anteriores (sobretudo a partir de Hjelmslev e, mais profundamente, com os pós-Chomskyanos), atravancando mais o seu desenvolvimento do que, de fato, o promovendo. Fora o Alfabeto Fonético Internacional, consensualmente utilizado por todas as correntes, não há nenhuma base para discussão, nenhum órgão para organizar o que se discute e abundam as opiniões fundamentadas sem base epistemológica.

Desse ponto de vista, a proposta do GMHP deve ser entendida, não como uma conciliação de linhas (que só é possível quando as linhas têm pressupostos idênticos), mas de uma proposta específica com pressupostos próprios. Assume-se, por um lado, o inegável fator diacrônico da língua e, por outro, parte-se dos dados, ou seja, toma uma atitude assumidamente indutiva. Não se trata de um novo modelo, muito menos de uma teoria, termos tão mal-empregados por quem desconhece a Teoria do Conhecimento (Hegenberg 1969; Hessen 1980), mas de um método rumo a um primeiro nível de abstração para um problema espinhoso e sem soluções por enquanto, haja visto que

estudos preliminares mostram que os sufixos distam tanto entre si quanto um sufixo e um radical.

Um sufixo como *-eiro* significando “árvore que produz X” tem comportamento muito distinto de outro *-eiro* qualquer (profissão, coletivo, gentílico etc.) no tocante à sua produtividade. Além disso, esse derivado X]_{eiro} combina em gênero com sua base X: *rosa* (fem.) → *roseira* (fem.), *abacate* (masc.) → *abacateiro* (masc.), o que não ocorria nos derivados mais antigos. Essa diversidade comportamental do mesmo sufixo *-eiro* deve ser recuperada à luz da polissemia (diacronicamente orientada) e não da homonímia, ainda que o *-eiro* de árvores aja, por exemplo, no tocante à sua produtividade, de forma semelhante ao sufixo *-inho*, o que não ocorre com os demais *-eiro*. Uma tipologia, qualquer que seja, não deve perder de vista o elemento diacrônico, sob pena de ter de criar um número excessivamente grande de soluções *ad hoc* para suas exceções.

Deve-se, além disso, repensar a denominação do conjunto heterogêneo dos “sufixos derivacionais”, sustentável apenas por razões sintáticas: por definição, um sufixo é apenas qualquer elemento que vem depois do radical, mas isso parece subordinar o objeto de estudo da morfologia à sua composicionalidade. Desse modo, *-eiro* carrega o núcleo semântico da palavra derivada, ao passo que *-inho* não. São sintomas de que não se tratam de fenômenos idênticos.

Na direção de soluções para problemas como esses, sem que sejam feitos recortes ou classificações demasiadamente rígidas na triagem dos dados, será possível que enxerguemos aspectos da linguagem numa inédita riqueza de detalhes, a qual as atuais teorias dedutivas acabam involuntariamente por esconder.

Referências bibliográficas

- COROMINAS, Juan. 1954-1957. [*Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*](#). Madrid:Gredos.
- CUNHA, Antônio G. 1982. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [1ª ed 1982].
- _____. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 1989. São Paulo: Melhoramentos/Edusp. [1ª ed 1978]

- ERNOUT, Alfred & MEILLET, Antoine. 2001. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck. [1ª ed 1932].
- HEGENBERG, Leônidas. 1969. *Explicações científicas: introdução à filosofia da ciência*. São Paulo: Herder.
- _____. 1974. *Definições: termos teóricos e significado*. São Paulo: Cultrix/Edusp.
- HESSEN, Johannes. 1980. *Teoria do conhecimento*. Trad. Antônio Correia. Coimbra: Arménio Amado. [1ª ed Bonn: Ferd. Dümmers, 1926].
- HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de S. 2001. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- JESPERSEN, O. 1954. *Language: its nature, development and origin*. London: George Allen & Unwin. [1ª ed 1922].
- MACHADO, José P. 1972. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência. [1ª ed 1952-1959].
- MALKIEL, Y. 1970. Generic analyses of word formation. In: SEBEEK, T. A. (Ed.) *Current trends in Linguistics*. Paris: Mouton.
- NOLL, Volker. 2008. *O português brasileiro: formação e contrastes*. Trad. Mário E. Viaro. São Paulo: Globo. [1ª ed Heidelberg: Winter, 1999].
- RIO-TORTO, Graça Maria de O. e S. 1993. *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Diss. doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- _____. 1998. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto ed..
- _____. (org) et alii. 2004. *Verbos e nomes em português*. Coimbra: Almedina.
- ROCHA, Luiz C. de A. 1998. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG.
- TEYSSIER, Paul. 1990. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa. [1ª ed Paris: PUF, 1980].
- VÄÄNÄNEN, Veikko. 1985. *Introducción al latín vulgar*. Trad. Manuel Carrión. Madrid: Gredos. [1ª ed Paris: Klincksieck, 1981].
- VIARO, Mário E. 2007a. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos eiro/eira na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, Gládis, BERLINCK, Rosane de A., GUEDES, Marymárcia & OLIVEIRA, Taísa P. de (org.) *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 45-84.
- _____. 2007b. Reconstrução lexical do português paulista. *Revista do Gel*. 4: 39-53.